

**UM PANORAMA DO PNAP/UEM: ESTUDO DE CASO DA
IMPLEMENTAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA EAD EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**AN OVERVIEW OF PNAP/UEM: CASE STUDY OF THE
IMPLEMENTATION OF FIRST CLASS EAD IN PUBLIC
ADMINISTRATION**

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.v0i49.37508>

SOARES, Augusto Cesare de Campos¹
RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi²

RESUMO

Este estudo tem por finalidade fazer um levantamento histórico do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) para entender o porquê a oferta do curso de Administração Pública é importante para a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Verificaremos quais são os mecanismos que são utilizados para a aplicação e o processo de implantação do curso. Como métodos, buscou por meio de estudo de caso simples, a utilização da pesquisa qualitativa, a quantitativa e a exploratório, utilizando-se do programa *Stata* para tabulação dos dados, fazer uma análise da estrutura institucional da Universidade Aberta do Brasil para oferta dos cursos à distância, com foco nas informações da oferta da primeira turma da UEM no período de 2010 a 2015. As informações expostas nesse estudo podem servir como fonte de informação para a sociedade em geral, que talvez por desconhecimento sobre essa modalidade, não a tenha ainda reconhecido como uma opção para a formação superior. Assim, o PNAP leva por meio da modalidade de educação à distância, a formação em grande escala do conhecimento da Administração Pública, propiciando ter no mercado, novos profissionais voltados a gestão de Administração Pública, como também, complementar o conhecimento dos servidores públicos que já atuam na área.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Educação a Distância; Ensino Superior;

ABSTRACT

The purpose of this study is to make a historical research of the National Training Program in Public Administration (PNAP) to understand why the offer of the Public Administration course is important for the State University of Maringá (UEM). We will verify which are the mechanisms that are used for the application and the course implementation process. As methods, researched through a simple case study, the use of qualitative research, quantitative and exploratory, using the *Stata* program to tabulate the data, make an analysis of the institutional structure of the Open University of Brazil to offer distance courses, focusing on information on the offer of the first group of UEM in the period from 2010 to 2015. The information presented in this study can serve as a source of information for society in general, which perhaps because of unfamiliarity about this modality, has not yet recognized it as an option for higher education. So, the PNAP considers the distance education modality, the large-scale training of the Public Administration's knowledge, which allows to have in the market, new professionals focused on the management of the Public Administration, as well as complementing the knowledge of public servers who have already work in the area.

Keywords: Public Policies; Distance Education; Higher education.

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas/SP. Professor do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas/SP. Agente Universitária da Universidade Estadual de Maringá e Chefe da Divisão de Pós-Graduação na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana de Maringá.

Introdução

Para atender o disposto na Constituição Brasileira, que a educação tem que ser para todos os brasileiros, o ensino a distância (EaD) vem com uma possibilidade de fazer a disseminação da educação em locais que seria impossível de levar o conhecimento. O Brasil é um País geograficamente extenso, o que impossibilita a aplicação do ensino no modelo presencial. Hoje, no Brasil consideram-se duas modalidades de ensino, o presencial e o a distância.

Na modalidade de ensino a distância apesar de se distanciar do modelo convencional de ensino: o ensino presencial; se constitui de recursos de imensurável importância, pois garante atender grandes quantidades de alunos, o qual não se é possível pelo ensino convencional.

Assim, o ensino a distância pode ser considerado uma modalidade de educação democrática, que procura atender a uma ampla área de conhecimento e que ajuda no desenvolvimento humano, econômico e social de todas as localidades do Brasil.

Por meio da modalidade de ensino a distância, pode-se levar o conhecimento para o aperfeiçoamento técnico nos locais mais distantes do grande centro que se mantêm as universidades, faculdades e outros centros de excelência em ensino superior. E os governos locais, podem por meio desta modalidade, trazer a capacitação para os seus servidores públicos e também, contribuir para o desenvolvimento econômico, garantindo a qualidade da oferta de serviços para a indústria e comércio. Assim, a sua importância, não está somente na disseminação do conhecimento, mas faz com que se pense em mais tecnologias e inovações, desenvolvimento político, cultural, social e educacional com a inserção e envolvimento da população.

O governo federal, por meio da Universidade Aberta do Brasil, lança uma política pública denominado de Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP.

O PNAP leva por meio do ensino a distância, a formação em grande escala do conhecimento da Administração Pública, propiciando ter no mercado, novos profissionais voltados a gestão de Administração Pública, como também, complementar o conhecimento dos servidores públicos que já atuam na área.

Assim, por se tratar de uma experiência nova no Brasil e conduzida por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), faz-se pertinente pesquisar o PNAP para entender o porquê a oferta do curso de Administração Pública é importante para a Universidade Estadual

de Maringá (UEM); e quais são os mecanismos que estão sendo utilizados para a aplicação e o processo de implantação do curso.

De modo mais específico buscou-se analisar a estrutura institucional da Universidade Aberta do Brasil para oferta dos cursos à distância, tendo como foco o PNAP na UEM, utilizando informações da oferta da primeira turma com início em 2010 e término em 2013, porém com o vestibular realizado no ano de 2009.

As informações expostas nesse trabalho sobre como se dá a sua configuração e quais as características do ensino a distância, especificamente na Graduação em Administração Pública, podem servir como fonte de informação para a sociedade em geral, que talvez por desconhecimento sobre essa modalidade, não a tenha ainda reconhecido como uma opção para a formação superior.

Desta forma as contribuições esperadas como resultados da pesquisa poderão ser úteis para outras Instituições de Ensino Superior, que tenham intenção em adotar o curso Graduação em Administração Pública à distância.

Metodologia

A metodologia é um conjunto de estudo de métodos, que tem como objetivo analisar as características das várias ferramentas de pesquisas disponíveis e conforme a aplicação avaliar suas capacidades, potencialidades e limitações.

A estratégia utilizada para esta pesquisa é a abordagem qualitativa (CRESWELL, 2010), porém, além de se utilizar do método qualitativo, foram empregados alguns procedimentos da pesquisa quantitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2011) “[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas, por meio de técnicas estatísticas, visando uma mensuração correta e assertiva com os dados”.

O estudo de caso, a pesquisa de campo e a pesquisa documental, são os campos em que a metodologia atua. Neste artigo será realizada a metodologia do estudo de caso, que é uma expressão utilizada a um método de investigação de estudo, que consiste na utilização de um ou mais métodos voltados à abordagem qualitativa. Sendo assim, o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores (MARCONI; LAKATOS, 2011). O estudo em questão foi realizado na UEM, mais especificamente no PNAP no período de 2014 a 2015.

Procurando interações entre esses fatores, o investigador tem como objetivo descrever e analisar tal acontecimento, visando conhecimentos de forma mais aprofundada. As informações e os dados coletados utilizados para análise desse estudo foram extraídos de sites do Ministério da Educação e da Universidade Estadual de Maringá, mais especificamente da Assessoria de Planejamento - Coordenadoria de Planos e Informações, dos anos de 2011 a 2013. Para a tabulação dos dados fez-se uso do software *Stata*, que é um programa de análise estatística e tratamento de dados amplamente utilizado por pesquisadores das ciências sociais aplicadas auxiliando para a sua análise, a fim de contribuir com maiores informações sobre o objeto pesquisado.

Educação a Distância no Brasil

A Educação a Distância (EaD) no Brasil foi criada e teve seu desenvolvimento por meio de decretos governamentais e por meio de iniciativas privadas. Tem como força motriz o grande crescimento de tecnologias, passando pela era do correio, rádio, televisão e, principalmente da internet, através de novas ferramentas como a videoconferência, e-mail, fóruns de debate, entre tantas outras novas funcionalidades. Assim a EaD surge oficialmente no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Lei nº 9.394/96 e no artigo 80, cujo *caput* dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, s./p.). Assim, o Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005, que regulamenta a educação à distância no Brasil e define o EaD como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, (BRASIL, 2005, s./p.).

Ainda no ano de 1996, foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED, pelo Decreto nº 1.917, Anexo I, Seção 23, Art. 27, de 27 de maio de 1996, a qual tem por objetivo que o Ministério da Educação, por meio da SEED, atue como “[...] um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação à distância aos métodos didático-pedagógicos”. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019 CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

A SEED desenvolveu muitas ações e programas importantes, tais como o Domínio Público – biblioteca virtual, DVD Escola, E-Tec Brasil, E-ProInfo, Proinfantil, ProInfo, ProInfo Integrado, TV Escola, Portal do Professor, Programa Um Computador por Aluno – Prouca, Projetor Proinfo, Programa Banda Larga nas Escolas, Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, sendo esses, uma forma de inserir tecnologias no cotidiano escolar e para a formação inicial e continuada de professores.

Como consequência o Ministério da Educação (MEC), por meio da articulação entre a Diretoria de Educação a Distância (DED) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), forneceram o suporte necessário para o desenvolvimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que foi criada pela SEED em 2005 e oficializada por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Sua criação se deu por meio do Fórum das Estatais pela Educação, baseado nas experiências de consórcios nacionais para oferta de cursos superiores e de formação continuada, como a Unirede.

Esse consórcio nacional foi um dos maiores e mais importantes consórcios de instituições educacionais brasileiras, com cerca de 70 instituições públicas de ensino participantes, e que fez parte das ações do Programa Sociedade da Informação, do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Edumed, um consórcio da Rede Nacional de Educação a Distância em Medicina e Saúde, e o Projeto Veredas, desenvolvido pela UFMG com foco na formação de professores (GOMES, 2013).

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. Tem como finalidade de expandir e interiorizar, para todo o Brasil, a oferta de cursos e programas de educação superior. Além de, incentivar o desenvolvimento de municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e foi inspirada no modelo da centenária Universidade Aberta de Londres (BRASIL, s./d.).

De acordo com o MEC (s./d.), a UAB busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato

com tutores e professores e têm acesso à biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

O primeiro edital para ofertas de cursos completos a distância pela Universidade Aberta do Brasil é conhecido como UAB, de 20 de dezembro de 2005 e era exclusivo para universidades federais. Em 18 de outubro de 2006, o edital UAB2 incluía as instituições estaduais e municipais, mas ainda excluía – e continua a excluir – as privadas e as comunitárias.

De acordo com o portal da UAB/Capes, até 2010, o Sistema UAB previa “[...] o estabelecimento de mil polos estrategicamente distribuídos no território nacional e até 2013, o sistema pretende ampliar sua rede de cooperação para alcançar a totalidade das instituições públicas de ensino superior brasileira e atender a 800 mil alunos/ano”. E em 2009 (últimos dados oficiais), segundo o mesmo portal: 88 instituições integravam o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). De 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 polos de apoio presencial com 187.154 vagas criadas. A UAB, ademais, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos polos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 polos. Para 2010, espera-se a criação de cerca de 200 polos (GOMES, 2013). Em 2011, os programas e ações geridos pela SEED passaram a vincular-se à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), conforme informa o portal do MEC, porém, a UAB está, de fato, abrigada pela CAPES, conforme se pode observar em seu portal <http://uab.capes.gov.br/>.

Quadro 1 – Números Nacionais da Educação a Distância no Brasil

ANO	CONCLUINTES	CURSOS	MATRICULAS
2010	144.553	73	61.097
2011	151.552	1.044	992.997
2012	174.322	1.148	1.113.850
2013	161.072	1.258	1.153.572

Fonte: MEC/INEP/DEED, 2015

O Quadro 1 demonstra os números nacionais da educação a distância no Brasil entre os anos de 2010 a 2013. Observa-se um crescimento de 1.712% nos cursos oferecidos. As matrículas cresceram, em quantidades, 1.092.475 unidades e aproximadamente 1.900% em relação ao ano de 2010. Com relação ao número de concluintes observou-se um padrão médio entre os anos de 2010 a 2013, com um crescimento de 10,25%. Com o índice indicando um crescimento de EaD no Brasil, traz uma visibilidade que o ensino está com credibilidade e aceitabilidade por aqueles que necessitam de uma flexibilidade para dedicação a busca do curso superior.

Uma das iniciativas da UAB é o Programa Nacional de formação em Administração Pública (PNAP), o qual disponibiliza para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) a possibilidade de aderir aos cursos de Graduação e Especialização na área de Administração Pública.

O PNAP é um Programa que surgiu do esforço e da reflexão de uma rede composta pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Administração, pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) e por mais de 20 instituições públicas de ensino superior, vinculadas à UAB. Todas colaboraram na elaboração do Projeto Político Pedagógico dos cursos, que é aplicado pelas instituições de ensino, a fim de manter um padrão de qualidade em todo o País. Mas abrindo margem para que cada Instituição, que ofertará os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região, segundo Celso José da Costa, então Diretor de Educação a Distância do MEC e Coordenador Nacional da UAB-CAPES. Ele também relatou que o objetivo do programa é propiciar aos estudantes e gestores públicos, uma tomada de consciência sobre as atuais políticas de governo, a partir do desenvolvimento das capacidades necessárias para conhecer o contexto socioeconômico, cultural e político que conformam o campo da gestão pública no Brasil.

Segundo levantamento realizado por esta pesquisa, percebe-se que houve um aumento gradativo dos cursos ofertados em EaD, como demonstrado no quadro 02, onde as universidades federais representam 7,76% em termos de crescimento em adesão a essa modalidade, de 2010 a 2013 e as estaduais apresentaram um crescimento em 7,69% dos cursos.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Quadro 02 – Percentual nacional de cursos de graduação à distância em Administração Pública

Ano	Universidades				
	Total	Pública			Privada (%)
		Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	
2.010	29	45	24	0	31
2.011	36	47	19	0	33
2.012	46	43	22	9	26
2.013	99	58	26	12	4

Fonte: MEC/INEP/DEED, adaptado pelos autores, 2015

O que chama a atenção para os números apresentados no quadro 02, é que o ensino a distância está concentrado nas universidades federais e estaduais e pouco aplicado nas instituições de ensino municipais. Ao olhar para o fato de que são os governos locais municipais que mais necessitam de levar o conhecimento da formação profissional e científica, por meio do EaD, para o desenvolvimento social, econômico e humano da população local. Uma das propostas do governo federal para a interiorização do ensino superior é o Programa Nacional de Administração Pública (PNAP).

O PNAP engloba um curso de bacharelado em Administração Pública e três especializações (em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). Visa colaborar com o esforço de qualificação dos gestores públicos brasileiros, nas várias instâncias administrativas, com especial atenção no atendimento ao interior do País, por meio dos Polos da UAB. Tal estrutura propicia uma grande participação e capilaridade de oferta de qualificação nos municípios brasileiros (DEMARCO, 2013).

Quadro 03 – Matrículas nacionais dos alunos nos cursos de graduação a distância em Administração Pública

Ano	Matrículas dos Cursos de Graduação a Distância				
	Total	Pública			Privada (%)
		Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	
2.010	13.098	45	30	0	25
2.011	16.680	50	19	0	31
2.012	19.014	45	22	5	28
2.013	26.489	40	17	3	39

Fonte: MEC/INEP/DEED, adaptado pelos autores, 2015

A aceitação do PNAP em nível nacional é crescente. Conforme o quadro 03, como a gestão administrativa é de responsabilidade das universidades federais e estaduais que, por

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

meio das parcerias entre elas e os municípios levam o ensino superior para regiões com difícil acesso e com população de baixo IDH (índice de desenvolvimento humano). Há ainda, muitas regiões que por falta de iniciativa do governo local ou do próprio governo federal, o EaD, não está incluso dentro da proposta de ensino municipal. E com isso promove umas lacunas no mercado de oferta do EaD, e essas lacunas, estão sendo preenchidas pelas instituições privadas, que viram um eixo forte para adentrar e instalar-se no mercado, núcleos de ensino superior. De acordo com os dados levantados são crescentes os números de matriculados por instituições privadas, ou seja, no montante de matriculados, as instituições públicas tiveram 25% das matrículas de 2010 para 39% no ano de 2013, em contraposição das instituições privadas que obtiveram 56% de crescimento das instituições privadas contra 44% das públicas. Caso que pode a ter um olhar especial e maior controle dos órgãos federais, quanto ao ensino Ead, apresentado pelas instituições particulares quanto à qualidade de ensino.

Quadro 04 – Percentual de concluintes nacionais dos alunos nos cursos de graduação à distância em Administração Pública

Ano	Universidades				
	Total	Pública			Privada (%)
		Federal (%)	Estadual (%)	Municipal (%)	
2.010	752	0	32	0	68
2.011	1.306	29	4	0	66
2.012	1.737	11	1	16	72
2.013	2.235	23	11	11	55

Fonte: MEC/INEP/DEED, adaptado pelos autores, 2015

A qualidade de ensino pode ser no futuro uma fissura que deverá ser observado com mais propriedade. O quadro 03 e o quadro 04 demonstraram que, no ano de 2010, do total dos matriculados, 75% estavam nas universidades públicas e 25% concentrava-se nas particulares. Comparando com o numero de concluintes em 2010, de 32% para as públicas e 68% para as privadas destaca-se o numero maior de concluintes nas universidades particulares do que nas públicas. Se realizar o mesmo apontamento para 2013, tem-se que do total dos alunos matriculados, 60% estavam nas públicas e 39 nas particulares e concluintes 45% nas públicas e 55% nas particulares. Continuando assim uma maior eficácia no grau de alunos que concluíram sua graduação, provindo de curso ofertado nas instituições particulares.

Outra questão é o contraponto quanto à evasão, que pode se dizer que, fazendo-se um comparativo das percentagens de entradas e saídas de alunos, em 2010 tinha uma evasão de 43% nas instituições públicas e que, por algum motivo norteador nos últimos quatro anos

diminuíram para 15% em 2013. O mesmo aconteceu para as instituições particulares. Mas mesmo que o número de evasões tenha sido menor nas públicas do que nas particulares, ainda há de se observar que a eficácia da aplicação do EaD esta nas particulares (em termos de números) o que chama mais uma vez a atenção para um olhar mais crítico na questão apontada, que não é foco desta pesquisa.

Portanto, o PNAP atende de forma comum todas as instituições que a ele aderem, com projeto político pedagógico, carga horária e material didático comum, produzidos nacionalmente, pretendendo assim manter um padrão de qualidade em todo o país, porém abrindo margem para que cada Instituição, que oferta os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região.

No que diz respeito ao desenvolvimento do material didático, a UAB colocou à disposição das IPES um material didático mínimo de referência para todas as disciplinas obrigatórias e para algumas optativas. Esse material foi sendo elaborado por profissionais experientes da área da Administração Pública de mais de 30 diferentes instituições, com apoio de equipe multidisciplinar da UFSC, responsável pelo design e projeto gráfico do material, adequando-o à modalidade EAD. Segundo a CAPES, a produção coletiva antecipada dos materiais didáticos libera o corpo docente das IPES para uma dedicação maior ao processo de gestão acadêmica dos cursos; uniformiza um elevado patamar de qualidade para o material didático e garante o desenvolvimento ininterrupto dos cursos, sem as paralisações que sempre comprometem o entusiasmo dos alunos.

Outro aspecto importante é o caráter de gratuidade do PNAP para os alunos, dado que o financiamento do mesmo é realizado por meio da CAPES com recursos do orçamento da União. A partir dos parâmetros estabelecidos no Edital de seleção de propostas, a CAPES repassa os recursos às IPES para a execução do programa, sobretudo por meio de bolsas que remuneram a atuação de professores, tutores e corpo técnico-administrativo.

Dos três entes federados brasileiros – União, Estados e Municípios – os últimos são aqueles que sofreram as maiores alterações no seu papel e atribuições. Também é nos municípios, em particular nos pequenos, que se encontra a maior defasagem de conhecimentos e instrumentos gerenciais para uma administração eficiente. Conforme Motta (2007), por eficiência do gasto público compreende-se, em última instância, em como o governo consegue transformar dinheiro do orçamento em qualidade de vida da população. E é através do acesso de informações que o Ministério da Educação procura priorizar ou ter como meta, democratizar e interiorizar a oferta de ensino superior no Brasil.

Uma nova geração de sistemas de EAD abriu possibilidades e oportunidades educacionais para um grande número de contingentes populacionais, não somente com critérios quantitativos, mas principalmente com base em noções de qualidade, flexibilidade, liberdade e crítica.

Moore (2003) identificar que a principal característica da EAD está em possibilitar *autonomia e independência* de aprendizagem ao alunado adulto, a quem prioritariamente essa modalidade está dirigida. Entende que devido ao fato de a educação ser um processo individual, os adultos encontra-se capacitados para decidirem sobre o que querem aprender e em que ritmo deseja fazê-lo. Além disso, há o desenvolvimento da autonomia de estudo, o que possibilita ao aluno, disciplinarmente, alcançar objetivos e construir outros que extrapolam os inicialmente propostos, como o desenvolvimento da habilidade de gerenciamento do tempo e aprendizado, já que precisam estabelecer e planejar períodos de estudo e organizar a prioridade dos conteúdos a serem estudados.

Assim, a autonomia do aluno, compreendida como a necessidade que o mesmo terá de definir seu próprio ritmo e planejamento de estudos, num exercício de disciplina, é aspecto decisivo para o sucesso desta modalidade, bem como sua motivação e permanência do mesmo no curso.

O processo de aprendizagem intermediado por recursos tecnológicos, como a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), possibilita uma concepção interacionista à medida que proporciona um espaço de interação entre os atores envolvidos (alunos, professores e tutores) para troca de experiências e construção colaborativa do conhecimento.

A interação propiciada pelas novas tecnologias é peça chave em superar aquilo que Gaetani (1998) define como desafio de “calibragem” da oferta de programas de qualificação de gestores públicos frente à demanda. A negociação dos cursos entre contratantes, provedores e alunado é requisito básico para o sucesso de programas desta natureza. Esta interação — trabalhosa, conflituosa e lenta — produz resultados bastante superiores aos enfoques que tendem a reduzir o problema à logística dos treinamentos e ao ajuste automático entre a disponibilidade de cursos e as necessidades constatadas no dia-a-dia da atuação dos gestores públicos. Outro aspecto importante e relevante é a gratuidade do Programa para os alunos, dado que o financiamento do mesmo é realizado por meio da CAPES com recursos do orçamento da União. Com a gratuidade e a interiorização do ensino superior, os municípios que recebem o curso de Administração Pública são denominados de polos de apoio presencial.

A Educação a Distância na UEM

A Universidade Estadual de Maringá, como alternativa para a ampliação das vagas no ensino superior e para a interiorização dos cursos, configurando-se em um mecanismo de democratização do ensino superior, dentro de sua autonomia didático-científica, Acórdão de 2003 entre as IES públicas do Estado do Paraná, também, mencionada e referendada pelo acordo firmado com o Projeto de Autonomia das Universidades Estaduais do Estado do Paraná, em 2014, decide implantar a modalidade do Ensino a Distância (EaD), com destaque, que a IES estava credenciada pelo Ministério da Educação para atuar nesta modalidade, no ensino de graduação e pós-graduação, desde 2004, por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004, respeitada a sua autonomia didático-científica.

No ano de 2000, foi aprovada a oferta do primeiro curso de graduação da UEM na modalidade de Educação a Distância, o Curso de Graduação Normal Superior, habilitação em Licenciatura para os anos iniciais do Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, com o objetivo principal de capacitar professores para o Ensino Fundamental, atendendo alunos de 69 municípios da região noroeste do Paraná.

Quadro 05 – Cursos ofertados na UEM na modalidade à distância

Nome do Curso	Tipo	Chamada UAB
Administração – Projeto Piloto	Bacharelado	Piloto
Administração Pública	Bacharelado	PNAP
Ciências Biológicas	Licenciatura	UAB
Física	Licenciatura	UAB
Gênero e Diversidade na Escola	Especialização	SECAD
Gestão em Saúde	Especialização	PNAP
Gestão Pública	Especialização	PNAP
Gestão Pública Municipal	Especialização	PNAP
História	Licenciatura	UAB
Letras Português Inglês	Licenciatura	UAB
Mídias na Educação	Especialização	UAB
Pedagogia	Licenciatura	UAB
Pedagogia – Complementação	Licenciatura	UAB

Fonte: <http://uab.capes.gov.br/index.php/polos>, acesso em junho/2015

Em 2007, ampliando a oferta de cursos na modalidade EaD, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação, com o “projeto piloto”, resultante de um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco do Brasil, foi ofertada uma turma do Curso de Administração. Em 2008, foram aprovados e iniciados dois novos cursos de licenciatura – Física e Pedagogia - em Convênio com a UAB.

Também em 2008, a UEM conseguiu ter aprovados os projetos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, História e Letras Português/Inglês, para oferta em 2009.

Já em 2009, foram aprovados o Curso de Graduação em Administração Pública, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos, e três novos cursos de especializações, sendo os mesmos em Administração Pública; Administração Pública Municipal e Gestão em Saúde Pública.

Em 2008, a UEM contava com 3.431 vagas na modalidade EaD, nos cursos de graduação em Pedagogia, Física, Administração e Normal Superior. Para os novos cursos que foram implantados no transcorrer de 2009 foram ofertadas mais 700 vagas nesta modalidade. Em 2013, 5.806 vagas na modalidade EaD foram por meio de vestibular dado entrada a 2.335 de novos alunos, com matrículas a partir de 2014.

O curso de Administração Pública – PNAP/UEM

O curso de Administração Pública, na modalidade de ensino a distância, foi previsto no PDI 2006-2010 da Universidade Estadual de Maringá. Sendo assim, o curso de Administração Pública, modalidade de ensino a Distância, foi criado para atender ao Edital nº. 01, de 27 de abril de 2009 do Ministério da Educação, que faz parte do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos, do MEC/CAPES/UAB, visando a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, sistematizando as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar uma formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe bem como nos aspectos ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

Nesse sentido, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) realiza o primeiro vestibular ainda em 2009, ofertando 650 vagas para o curso de graduação em Administração Pública, distribuídas em 13 polos regionais de educação à distância (Assaí, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, Goioerê, Itambé, Nova Londrina, Nova Santa Rosa, Paranavaí, Sarandi e Umuarama). Assim, em 2010 a UEM começou a oferecer não somente uma nova modalidade de ensino na área de Administração, mas também um novo curso que tem o objetivo de formar profissionais preparados para a gestão da Administração Pública.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019 CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

A oferta do curso vem ao encontro do que diz a Reforma da Gestão Pública de 1995/98 a qual busca tornar os administradores ou gestores públicos mais autônomos e mais responsáveis. Para isso, reduz a ênfase no controle burocrático baseado em regras procedimentais detalhadas, supervisão e auditoria, enquanto aumenta a ênfase na responsabilização dos administradores por resultados contratados, por concorrência administrada visando a excelência, e por responsabilização ou controle social. (BRESSER-PEREIRA, 2004)

O objetivo do programa é propiciar aos estudantes e gestores públicos, a partir do desenvolvimento das capacidades necessárias, conhecer o contexto socioeconômico, cultural e político que conformam o campo da gestão pública no Brasil.

As estruturas de apoio aos polos são sustentadas pelas parcerias celebradas entre a UEM e pelas prefeituras municipais, onde estão sediados os mesmos. O polo é um elemento articulador na proposta da EAD imprescindível para a formação e desenvolvimento dos projetos das universidades; eles são as extensões das IES. É nesse lugar que o aluno do entorno regional do município-sede do polo encontra espaço para seus estudos, interage com pessoas que podem auxiliá-lo em seus questionamentos, bem como acompanhá-lo nas práticas laboratoriais e atividades presenciais.

Quadro 6 – IDH dos polos, IDH Educação e classificação das cidades

Polo	IDH Município - 2010	IDH Dimensão Educação - 2010	Ranking no Paraná 2010
Assai	0,728	0,641	89
Astorga	0,747	0,675	37
Bela Vista do Paraíso	0,716	0,604	152
Cidade Gaúcha	0,718	0,645	136
Cruzeiro do Oeste	0,717	0,640	144
Engenheiro Beltrão	0,730	0,677	83
Goioerê	0,731	0,639	78
Itambé	0,746	0,703	40
Nova Londrina	0,758	0,691	21
Nova Santa Rosa	0,731	0,660	78
Paranavaí	0,763	0,703	13
Sarandi	0,695	0,579	256
Umuarama	0,761	0,698	17

Fonte: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019 CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Como braço operacional de políticas e programas governamentais, o polo recebe determinações e orientações emanadas da CAPES/MEC, participa dos processos de avaliações e monitoramento dos órgãos de fomento e dos órgãos gerenciadores e responde às constantes avaliações realizadas pelas diferentes IES. Os polos são vistoriados, fiscalizados e classificados aptos ou aptos com restrições pela CAPES. Caso o polo seja classificado apto com restrições, ele terá um prazo determinado pelos avaliadores da CAPES para se adequar às normativas exigidas pela mesma. Também todo o material pedagógico é destinado ao polo, como livros das disciplinas, livros complementares (biblioteca), avaliações entre outros. Estes materiais são gratuitos e estão nas planilhas orçamentárias do convênio.

Com relação ao IDH dos municípios, conforme proposta do governo federal em interiorizar o ensino superior, é fato que foi levado em consideração tais índices, pois a necessidade de aumentar o desenvolvimento social, econômico e humano, é fato. Observa-se que, dos 13 polos da UEM, têm-se os mais desenvolvidos e outros que merecem uma atenção maior, como é o caso de Sarandi, que no ranking nacional está classificado em 256º dos 399 municípios do estado do Paraná.

Vale destacar que a intenção para criação de um polo de apoio presencial parte inicialmente da prefeitura do município, que entra em contato com a instituição ofertante do curso e manifesta-se a intenção em ter um polo. A instituição acolhe tal manifestação e repassa o relatório de solicitações à CAPES/UEAB, os quais, procedem com as análises técnicas para deferimento ou indeferimento quanto a criação do polo no município.

As questões pedagógicas ficam após a criação dos polos por parte do MEC/UEAB, ou seja, com o material didático distribuído gratuitamente aos alunos, cabe a estes arcarem exclusivamente com as despesas de deslocamento dos seus locais de origem para as atividades presenciais que ocorrem nos polos, tais como assistir as web-aulas, grupos de estudos, atividades de avaliação entre outras que a coordenação do curso achar conveniente ao acadêmico. Com relação à defesa do trabalho de conclusão do curso – TCC, a mesma é realizada na sede da UEM, na cidade de Maringá, mediante apresentação em banca pública. As questões e custeio de instalações ocorrem por conta dos governos locais.

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Quadro 7 - Número de Concluintes, Número de Cursos e Matrículas nos Cursos de Graduação a Distância no Paraná

Região Instituições	2010			2011			2012			2013		
	Concl.	Cursos	Matr.	Concl.	Cursos	Matr.	Concl.	Cursos	Matr.	Concl.	Cursos	Matr.
UEM	676	8	3.403	120	8	2.804	430	7	3.043	318	7	2.083
UEPG	0	7	3.397	-	7	6.371	1.327	7	5.070	1.539	7	2.993
UNICENTRO	0	2	466	17	5	1.191	92	5	980	57	5	667
UFPR	91	3	769	-	3	1.098	99	3	1.208	192	3	789
UENP	27	3	148	16	2	124	54	3	126	32	2	69
FACEL	0	1	30	-	1	50	14	1	66	6	1	75
INSEP	169	1	878	111	1	1.188	289	1	1.267	98	1	1.112
UFTPR	0	1	12.024	5.809	1	11.745	5.292	1	5.409	16	2	448

Fonte: MEC/INEP/DEED, 2015

O quadro 7 apresenta os concluintes e matriculados no período de 2010 a 2013 dos cursos a distância das instituições públicas federais e estaduais do Paraná. Os números representam o total de concluintes, os números de cursos apresentados na tabela são aqueles que tiveram um número de formandos e demonstra uma participação mais efetiva pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Tendo em vista que o grau de matriculados encontra-se maior na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo motivo de que a maior concentração de faculdades presenciais se encontra na cidade de Maringá. O que se têm fácil acesso ao ensino presencial.

Entre esses números de matriculados no EAD da UEM, de todos os cursos ofertados na UEM, no ano de 2010, 18,6% dos alunos pertence ao curso de Administração Pública (PNAP-UEM).

Quadro 8 – Dados PNAP Primeira Turma

DATA/ANO	UEM - DADOS PNAP - ADM PÚBLICA						
	ADM PÚBLICA - TURMA 2009						
	Vagas	TOTAL INSCRIT.	MASC (MATRIC)	FEMIN. (MATRI)	TOTAL MATRIC	DESISTENTES	FORMADOS
2009	650	650	208	424	632	0	0
2010					463	0	0
2011					463	169	0
2012					457	6	0
2013					343	296	161

Fonte: Diretoria de Assuntos Acadêmicos - UEM, 2015

Do acompanhamento realizado pela coordenação do curso em Administração Pública – EaD, um dos fatores que é preocupante está relacionado com a evasão. Das 650 vagas

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

disponibilizadas para o referido curso, nos 13 polos de apoio presencial que ofertam o curso de Administração Pública, somente 632 foram preenchidas por meio de vestibular unificado ocorrido no ano de 2009, com entrada no ano de 2010. Dos 632 matriculados houve uma evasão de 296 alunos, que desistiram por mudança de estado, por não se sentirem motivados, por não conciliação dos horários de estudo e trabalho e por motivo mais preocupante: o de não acompanhamento do conteúdo ministrado e por morar em lugar pequeno e de pouca estrutura tecnológica e assim, dificuldades de acesso ao polo de ensino EaD.

Os polos presenciais também encontram dificuldades, tanto na ideologia política dos partidos que se estabelecem aos governos locais a cada quatro anos, assim como, as políticas federais e estaduais que interferem na estrutura e na condição de trabalho e desenvolvimento das atividades nos polos. O que pode acarretar uma dificuldade até mesmo na aplicação adequada do plano pedagógico do PNAP.

Quadro 09 – Total de acadêmicos formandos e não formandos por polo

Polo	Número de Vagas	Total de Freqüentes	Total de Formandos	Total de alunos com Pendências	Total de Inativos
Assai	50	33	19	21	16
Astorga	50	31	16	21	18
Bela Vista do Paraíso	50	34	26	17	15
Cidade Gaúcha	50	21	16	6	18
Cruzeiro do Oeste	50	29	25	19	20
Engenheiro Beltrão	50	29	20	14	21
Goioerê	50	18	9	13	31
Itambé	50	27	24	4	23
Nova Londrina	50	24	20	13	25
Nova Santa Rosa	50	19	14	8	22
Paranavaí	50	28	21	19	24
Sarandi	50	30	13	17	24
Umuarama	50	20	13	10	31
TOTAL	650	343	236	182	288

Fonte: Secretaria do curso de Administração Pública da UEM, 2013 e Base de dados da CAPES/UAB, adaptado pelos autores, 2015

De acordo com a Base de Dados da UEM e CAPES/UAB, no ano de 2010 estavam matriculados no total nos polos 632 alunos. Com o fechamento das notas (avaliações, exames e TCC) tem-se o número de 343 acadêmicos com condições de se graduarem. Porém, desses 343 acadêmicos, somente 236 acadêmicos cumpriram todas as Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), e colaram grau em janeiro de 2014. Isso equivale a 36,31% de todos os acadêmicos que, desde a entrada no curso conseguiram atingir o objetivo fim, ou seja, obter a graduação. Os demais, 63,69 % dos acadêmicos, encontram-se pendentes em uma ou

mais disciplinas ou não cumpriram com a totalidade das 150 horas de AAC ou ainda podem ser considerados inativos, tanto para a UEM quanto para CAPES/UAB.

Esses dados, a priori, são preocupantes, pois muitos fatores e atores estão envolvidos neste sistema e não se tem informações concretas sobre os mesmos, mas empiricamente subentende-se que a evasão, a falta de preparo dos acadêmicos, a nova modalidade virtual para o docente que está habituado com aulas presenciais, o não comprometimento com o curso, descaso com o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) na plataforma moodle2, investimento por parte do governo federal, entre outros, são fatores que ao longo dos quatro anos de curso foram observados.

Considerações finais

Ao analisar o curso de bacharelado em Administração Pública, ao final de quatro anos, formando sua primeira turma, observa-se que esse programa pode contribuir para o processo de democratização e interiorização do ensino superior público no Brasil e mais especificamente no noroeste do Paraná, onde se têm os treze polos de apoio presencial.

Vale ressaltar que, tanto a UEM quanto a CAPES devem preocupar-se em desenvolver mecanismos de avaliação e monitoramento para conter a evasão, dado o alto investimento do governo federal. Também um acompanhamento constante do MEC para a garantia da qualidade dos cursos ofertados, com a indução de estudos e pesquisas que tenham como objeto de análise as práticas e as experiências de EAD no ensino superior público.

Nesse aspecto é que reside a importância de estudos e pesquisas que buscam analisar o desenvolvimento das políticas públicas no ensino superior público, bem como verificar *in loco* a forma como está a gestão pública, tanto na instituição que oferta o curso quanto nos polos receptores do mesmo. O que se espera é que o desenvolvimento de estudos e pesquisas possam indicar proposições para que as distorções observadas neste caso sejam rapidamente corrigidas e ainda, que os aspectos positivos possam contribuir para uma revisão criteriosa do curso e do programa ofertado na modalidade de educação à distância.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2010.** [s./d.]. Disponível em:

Notandum, ano XXII, n. 49, jan./abr. 2019
CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9332&Itemid=>. Acesso em: 11 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sobre a UAB – o que é.** [s./d.]. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm>. Acesso em 16 de maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em 16 de maio 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em 16 de maio 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Instituições, bom estado e Reforma da Gestão Pública. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (Orgs). **Economia do Setor Público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e mistos. São Paulo: Sage, 2010.

DEMARCO, D. J. Um Balanço Do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) como estratégia de fortalecimento da gestão pública: o caso da escola de Administração da UFRGS. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 6., 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2013, p. 5.

GAETANI, F. **Capacitação de recursos humanos no serviço público:** problemas e impasses. Brasília: ENAP, 1998.

GOMES, L. F. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação**, v.18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2011.

MEC. CAPES/UAB. **Relatório anual do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/CAPES).** Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sic/2102015-cartilha-relatorio-sic.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2016.

MOORE, M. G; ANDERSON, W. G. **Handbook of Distance Education.** Lawrence Erlbaum Associates. New Jersey: Publishers Mahwah, 2003.

MOTTA, R. S.; MOREIRA, A. **Eficiência na Gestão Municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (PNUD/IPEA/FJP). [**Página que fornece dados relacionados ao IDHM no Brasil**]. [s.l.], 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153>. Acesso em: 17 fev. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Assessoria de Planejamento. Coordenadoria de Planos e Informações. **Base de Dados 2011**: ano base 2011/Coordenação Geral Maria Madalena Dias: equipe de elaboração e revisão Benedito Prado Dias Filho *et al.* Maringá: UEM-ASP, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Assessoria de Planejamento. Coordenadoria de Planos e Informações. **Base de Dados 2012**: ano base 2011/Coordenação Geral Maria Madalena Dias: equipe de elaboração e revisão Benedito Prado Dias Filho *et al.* Maringá: UEM-ASP, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Assessoria de Planejamento. Coordenadoria de Planos e Informações. **Base de Dados 2013**: ano base 2012/Coordenação Geral Maria Madalena Dias: equipe de elaboração e revisão Benedito Prado Dias Filho *et al.* Maringá: UEM-ASP, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Diretoria de Assuntos Acadêmicos**. Maringá: UEM-DAA, 2015.

Recebido em 06/06/2017 Aceito em 30/11/2018
--